



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
1ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 09215/11

Objeto: Pensão

Relator: Auditor Renato Sérgio Santiago Melo

Responsável: João Bosco Teixeira

Interessada: Maria Aguida da Silva

EMENTA: PODER EXECUTIVO ESTADUAL – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA – ATO DE GESTÃO DE PESSOAL – CONCESSÃO DE PENSÃO VITALÍCIA – APRECIÇÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE REGISTRO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, E NO ART. 1º, INCISO VI, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 18/1993 – EXAME DA LEGALIDADE – Pequena falha de natureza formal na fundamentação do ato – Regularidade nos cálculos do pecúlio – Preenchidos os requisitos constitucionais e legais para aprovação do feito. Outorga de registro. Recomendação. Arquivamento dos autos.

ACÓRDÃO AC1 – TC – 02282/11

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, referentes à pensão vitalícia concedida a Sra. Maria Aguida da Silva, acordam os Conselheiros integrantes da 1ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, por unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade da proposta de decisão do relator a seguir, em:

- a) *CONCEDER REGISTRO* ao referido ato.
- b) *ENVIAR* recomendações ao atual Presidente da Paraíba Previdência – PBPREV, Dr. Diogo Flávio Lyra Batista, no sentido de evitar a repetição da falha apontada pelos peritos da unidade técnica deste Tribunal.
- c) *DETERMINAR* o arquivamento dos autos.

Presente ao julgamento o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
Publique-se, registre-se e intime-se.

TCE – Sala das Sessões da 1ª Câmara, Mini-Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa

João Pessoa, 15 de setembro de 2011

Conselheiro Arthur Paredes Cunha Lima
PRESIDENTE

Auditor Renato Sérgio Santiago Melo
RELATOR

Presente:
Representante do Ministério Público Especial



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
1ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 09215/11

RELATÓRIO

AUDITOR RENATO SÉRGIO SANTIAGO MELO (Relator): Versam os autos do presente processo da análise da pensão vitalícia concedida a Sra. Maria Aguida da Silva.

Os peritos da Divisão de Auditoria de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária – DIAPG, com base nos documentos encartados aos autos, emitiram relatório inicial, fl. 20, constatando, sumariamente, que: a) o *de cujus* foi o servidor Luiz Trajano da Silva, Defensor Público da 2ª Entrância, matrícula n.º 97.299-1, falecido em 29 de abril de 2009; b) a publicação do aludido feito processou-se no Diário Oficial do Estado – DOE datado de 29 de dezembro de 2009; c) a fundamentação do ato foi o art. 40, §§ 7º e 8º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003 c/c o art. 5º da mencionada emenda; e d) os cálculos do pecúlio foram elaborados com base na última remuneração do cargo efetivo até o limite previsto para o Regime Geral da Previdência Social – RGPS.

Em seguida, os técnicos da DIAPG destacaram a presença de falha na fundamentação do ato concessivo, haja vista a ausência da menção do inciso II após o § 7º do art. 40 da Constituição Federal. E, ao final, sugeriram o envio de recomendação à autoridade responsável no sentido de evitar a repetição desta falha em atos futuros, concluindo, todavia, pela legalidade do ato de pensão *sub examine* com a concessão do competente registro.

É o relatório.

PROPOSTA DE DECISÃO

AUDITOR RENATO SÉRGIO SANTIAGO MELO (Relator): *In limine*, cabe destacar que a referida análise tem como fundamento o disciplinado no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado da Paraíba, e o estabelecido no art. 1º, inciso VI, da Lei Complementar Estadual n.º 18/1993, que atribuíram ao Sinédrio de Contas a responsabilidade pela apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos concessivos de pensão.

Do exame efetuado pelos peritos desta Corte, conclui-se pelo registro do ato, fl. 17, haja vista ter sido expedido por autoridade competente, em favor de pensionista legalmente habilitada ao benefício, estando correta a sua fundamentação, em que pese a falha de natureza formal detectada, bem como os cálculos do pecúlio elaborados pela entidade previdenciária.

Ante o exposto, proponho que a 1ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA:

a) *CONCEDA REGISTRO* ao referido ato.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
1ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 09215/11

b) *ENVIE* recomendações ao atual Presidente da Paraíba Previdência – PBPREV, Dr. Diogo Flávio Lyra Batista, no sentido de evitar a repetição da falha apontada pelos peritos da unidade técnica deste Tribunal.

c) *DETERMINE* o arquivamento dos autos.

É a proposta.